

## AS COMEMORAÇÕES PELO FIM DA GUERRA DO PARAGUAI NO BRASIL EM 1870

\* Marcelo Santos Rodrigues

No início de fevereiro de 1870, ciente da derrota do inimigo, o governo de D. Pedro II ainda não tinha apresentado o programa oficial para recepção aos soldados brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai.<sup>1</sup> Ao contrário das províncias do Império, onde existia uma expectativa pela chegada das tropas, na Corte a espera foi substituída pelo constrangedor silêncio do governo.

Por que comemorar? Depois de uma longa campanha, o regozijo era sinal decisivo de que a festa, antes de tudo, representava o reencontro do pai com o filho, da esposa com o marido, de irmãos, de amigos, enfim, de indivíduos irmanados pela saudade, simbolicamente representada na chegada das legiões à capital do Brasil.

Para *A Reforma*, folha liberal publicada em Porto Alegre, festejar a volta dos Voluntários da Pátria significava reconhecer o patriotismo dos combatentes: “As flores, as aclamações, as vitórias que as saudaram no dia de sua chegada que os acompanhará no dia de sua partida.”<sup>2</sup>

Comemorar significava exaltar a nação e, na comemoração pela vitória, o abraço do imperador era o sinal de gratidão que queriam guardar na memória. Era trazer à memória os heróis que caíram nos pântanos sombrios paraguaios e, assim, rememorar nos *te-déuns* a saudade, a dor e sofrimento das famílias enlutadas, através dos soldados que retornaram para casa.

Por que esquecer? Em primeiro lugar, o medo das epidemias da febre amarela e do cólera. Em segundo lugar, o governo conservador temia as ameaças de desordens e sublevações de soldados que reclamaria os soldos e gratificações atrasados, sem contar a baixa compulsória de voluntários. Tratava-se de situações que arrefeceram o ânimo do governo para com a recepção das falanges que demandava o reconhecimento dos feitos

---

\* Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP. Professor de História da América do Departamento de História da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

<sup>1</sup> Em 24 de novembro de 1869 foi assinado o *Convênio* entre a Argentina e o Brasil prevendo a retirada de parte das tropas do Paraguai. Para isso, considerou-se o fato de ser desnecessária a permanência de todo o contingente de tropas no território do Paraguai em virtude da desagregação do exército paraguaio e da fuga de Solano López para o interior do país.

<sup>2</sup> MCSHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

praticados na campanha e, por fim, não desejava aplaudir aos generais que, desde o princípio da guerra, eram ligados ao Partido Liberal.<sup>3</sup>

Aos olhos do ministro da guerra avistavam-se, não os soldados vítimas de injustiças, mas batalhões de credores que se “vislumbravam” com a volta do Exército, da Guarda Nacional e dos Voluntários da Pátria.<sup>4</sup> Se o não comemorar significava esquecer, qual então a resposta do governo e da sociedade aos anseios da nação, representada, neste caso, pelos órfãos, pais, mães e viúvas, que esperaram por seis anos o fim da contenda?

Como bem referenciou *O Jequitinhonha*, “não há família no Brasil que se não tenha de cobrir de luto sem que aos órfãos, aos mutilados e aos mártires fiquem ao menos a consolação de se haverem sacrificado com proveito para a glória de seu país.”<sup>5</sup> Assim, o manto do esquecimento não era suficiente para encobrir a multidão possuída pelo espírito patriótico, pela tristeza e saudade, mas também pela alegria e comoção, ao assistir o desembarque, na Corte e nas províncias, sob chuvas de flores e poesias, dos soldados que sobreviveram ao sacrifício.

O ano de 1869 foi decisivo para a campanha contra o Paraguai.<sup>6</sup> No dia 24 de novembro de 1869, na capital paraguaia, o ministro dos negócios estrangeiros da república Argentina, Mariano Varela e o conselheiro plenipotenciário do império, José Maria da Silva Paranhos, discutiram a redução das forças armadas no Paraguai.<sup>7</sup>

Na coluna “Correspondência de Assunção”, o *Jornal do Comercio* noticiou a assinatura do *Convênio*. O correspondente do jornal considerava a desmobilização das tropas uma necessidade, pois “não temos inimigos no Paraguai a combater, e não devemos por isso querer tomar como inimigo o tesouro do Brasil, que tão duros golpes têm sofrido.”<sup>8</sup>

---

<sup>3</sup> Sobre a ascensão do Partido Conservador ao governo, em 16 de julho de 1868, utilizamos, sobretudo, os estudos de NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975; CARVALHO, José Murilo de. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: CARVALHO José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; LIMA, Oliveira. *O Império brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

<sup>4</sup> MCSHJC. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 9 mar. 1870.

<sup>5</sup> APEMG. *Jornal O Jequitinhonha*, Diamantina, 7 mar. 1869.

<sup>6</sup> Para um aprofundamento do tema, ver, entre outros, DORATIOTO, Francisco. *A maldita Guerra: nova história do Paraguai*. São Paulo: Companhia; SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar: 1850 – 1894*. São Paulo, Edusp, 1994; COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>7</sup> Transcrito pela *A Folha da Tarde*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1869.

<sup>8</sup> BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1869.

O Duque de Caxias depois de tomar a cidade de Assunção, em janeiro de 1869, considerou a guerra finda e iniciou a dissolução dos batalhões de Voluntários da Pátria. Porém, a atitude do duque não foi aceita pelo governo brasileiro que, por recomendação de D. Pedro II, nomeou o conde D'Eu, o novo chefe das forças brasileiras no Paraguai, em substituição a Caxias, para dar continuidade à perseguição, captura ou expulsão de Solano Lopez, do território paraguaio, condicionante para o fim da guerra.<sup>9</sup>

Enquanto as cidades de Buenos Aires e Montevideu tributavam ovações aos seus soldados “cuja glória máxima nos cabe”, afirmava o periódico a *Regeneração*, de Santa Catarina, “nós tratamos de afastar a idéia de reconhecimento aos relevantes serviços dos nossos heróis, e de sumi-los no meio da população, como entes internos, inúteis, prejudiciais ao Estado, ou ante ao governo do Sr. D. Pedro II, nosso senhor e rei muito adorado.”<sup>10</sup>

Na análise do articulista do *Correio Nacional* os festejos no Brasil deveriam ter o mesmo brilhantismo daqueles ocorridos por ocasião do embarque. E de forma incisiva se dirigiu ao monarca indagando: “E vós Sr. D. Pedro II, que assististes ao embarque desses bravos proferindo palavras de animação e de conforto sereis também presente na força militar com que o vosso governo pretende humilhá-lo?”<sup>11</sup> O editorial retomou a comparação entre o entusiasmo e os sonhos de glórias que animaram a partida, para contrapor a idéia de que aqueles que retornavam à pátria seriam tratados com receio e cautela.

Todavia, o conde D'Eu, no *convênio*, assinado em novembro de 1869, também era favorável a retirada dos contingentes estacionados no Paraguai. Em correspondência enviada ao Ministro da Guerra, o conde ponderava sobre a desvantagem econômica de manter grande número de soldados em solo paraguaio e aconselhava que os Voluntários da Pátria e guardas nacionais fossem removidos para o Brasil, como fez a Argentina.<sup>12</sup> Julgava, ainda, conveniente “rodear este ato de certa solenidade, para que apareça como termo visível dos sacrifícios impostos ao Brasil e para que o acolhimento feito aos que tanto trabalham pela honra nacional sirva aos vindouros de estímulo para imitá-los.”<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1869.

<sup>10</sup> BN/RJ. *Jornal A Regeneração*, Santa Catarina, 26 jan. 1870.

<sup>11</sup> BN/RJ. *Jornal Correio Nacional*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1870.

<sup>12</sup> BN/RJ. Ofício ao conde D'Eu. 10 dez. 1869. Divisão de Manuscritos. Localização 34, 03, 006, número 029.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

O conde D'Eu, em telegrama ao governo, insistiu em seu julgamento e afirmou tratar-se de “uma crueldade para com aqueles valentes que no fim de tantos anos de fadigas e privações, devem estar ansiosos por tornar a ver os seus lares e é onerar os cofres públicos com uma avultadíssima despesa que já senão justifica.”<sup>14</sup>

O príncipe pretendia transportar 13 batalhões de voluntários até a Corte e, caso fosse impossível, pelo menos 6 deles para constituir-se “uma pequena Divisão, para que desembarcando num ponto conveniente, possam fazer uma entrada solene nessa grande cidade.”<sup>15</sup> Convicto de que o governo atenderia a sua petição, o conde pediu ao ministro da guerra que enviasse os navios para conduzir as tropas até o Brasil.

Em sua resposta, o Barão de Muritiba informou da inexistência de transportes na Corte capazes de conduzirem, de uma só vez, cinco ou seis mil praças, “guardadas as condições higiênicas e mais ainda porque não existem quartéis suficientes para o abrigo desta considerável massa de tropas.”<sup>16</sup> O ministro Muritiba tratou imediatamente de dissuadir o conde de vir à frente dos batalhões, convencido da “importância da presença do comandante à frente das tropas para manter a disciplina no Paraguai.” Compartilhava também com a idéia do monarca que, opinando sobre o assunto, ponderou, “não ser conveniente que V. A. Real se ausente do Exército e das outras forças que digna e honrosamente comanda enquanto não cessarem de uma vez as ditas operações, mediante a total aniquilação das forças de López.”<sup>17</sup>

A *Reforma* retomou a questão da vinda das tropas. Dessa vez, suspeitando da idoneidade das informações, contidas em um artigo do correspondente em Assunção, do *Jornal do Comércio* que, sem reservas, afirmava serem boas as razões, para que o conde D'Eu não se apresentasse na Corte à frente de cinco ou seis mil homens do exército. A folha liberal para contestar o que considerava absurdo, citou um trecho do artigo do *Jornal do Comércio*, onde se lia:

Estes serão poucos supondo distribuídos pelas provinciais sem desembarcar na corte, onde só teriam festas de ostentação, fazendo uma despesa injustificável, com injúria dos míseros inválidos da pátria! O príncipe ficará no Paraguai condenado ao

---

<sup>14</sup>Transcrito pelo *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 mar. 1870.

<sup>15</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>16</sup>BN/RJ. Ofício do Ministro da Guerra ao conde D'Eu expedido, em 29 de dezembro de 1869. Localização 34, 03, 006, número 029 Divisão de Manuscritos.

<sup>17</sup>BN/RJ. Ofício do Barão de Muritiba ao conde D'Eu. (1869) Divisão de Manuscritos. Localização 34, 03, 006, número 029.

papel de capitão de Campo, que o Sr. Duque de Caxias rejeitou por indigno de seu alto posto!<sup>18</sup>

A *Reforma* também considerou como uma atitude antipatriótica do articulista que, referindo-se à memória dos Voluntários da Pátria sepultados em terra estrangeira, desdenhou: “eleve-se um mausoléu em Humaitá ou Assunção inscrevendo-se nele estas palavras: Aos mártires da pátria. O Brasil agradecido.”<sup>19</sup>

Aos olhos do correspondente do *Jornal do Comércio*, Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais eram “indignos” para formar uma nacionalidade. O correspondente ainda garantia, em seu artigo, de que essa idéia era compartilhada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Assim, essa atitude para a imprensa liberal, tomando-a como do governo, tinha o objetivo de olvidar a atuação dos Voluntários da Pátria na campanha.

A *Reforma* refutou cada parágrafo apresentado no artigo do correspondente do *jornal do Comercio*. Ressaltou o anseio pela comemoração, pois “o coração brasileiro é bastante grande para guardar a memória dos mortos e expandir-se pela glória dos vivos, para honrar a todos os beneméritos.”<sup>20</sup> E, também exigiu explicações do Ministro Muritiba. “Obriga-nos a provocar o governo que declare se entre os motivos pelos quais repeliu a idéia de virem os voluntários e guardas nacionais reunidos, figura o receio de que eles marchassem na corte pelo roubo e assassinato.”<sup>21</sup>

Na exposição dos motivos apresentadas pelo *Jornal do Comercio*, o articulista dessa folha afirmou que o governo economizaria com o transporte das tropas, pois sem desembarcarem na capital do Império, as tropas seguiriam diretamente para as suas respectivas províncias. E, refutando essa razão, a imprensa liberal voltou a questionar: “Mas de que modo voltarão sem despesas os Voluntários da Pátria?”<sup>22</sup> Ironizava A *Reforma*:

Seguiriam à formiga em cada transporte que sair do Paraguai para o império, como diz o correspondente? Que maravilhosa economia!... Ficarão o nosso governo despendendo ainda quatro ou seis meses com o soldo e alimentação dos corpos de voluntários que tiverem de esperar pelos transportes, que forem gastar-se a muito e muito mais assim.<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1870.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>21</sup> BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1870.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*.

Retomando a polêmica, o jornal liberal carioca denunciou que o governo “não queria que o general conde D’Eu entrasse na capital à frente da falange de bravos, para os quais não há honras, nem prêmios que sejam demais.”<sup>24</sup> E, na extensa defesa ao conde D’Eu atribuiu, ao conselheiro Paranhos e ao *Gabinete de 16 de Julho*, a desconfiança de que o príncipe entrasse na Corte à frente de seus comandados. E, explicava o jornal: “o Sr. Paranhos quer e lista que os Voluntários da Pátria sejam retirados do Paraguai sem organização militar, e levados às respectivas províncias, como depois da festa, músicos à pé.”<sup>25</sup>

*A Reforma* perguntava: Qual é porém a suspeita do governo? De que tem ele medo?

Ainda na hipótese de receios na perturbação da ordem pública, e de exigências da parte dos voluntários, a oposição do governo à vinda do sr. conde D’Eu à frente deles é inexplicável, e faz duvidar do bom senso do ministério, porque o ilustre príncipe general, com o prestígio da vitória, e com a força do amor dos soldados seria o elemento mais forte, e garantia segura da ordem e da disciplina militar dos corpos que consigo trouxe.<sup>26</sup>

Entretanto, parecia inexplicável a oposição dos conservadores ao fato de que o conde D’Eu retornasse à frente das tropas, porque o príncipe com o prestígio da vitória e a popularidade entre os soldados garantia a disciplina militar no desembarque na Corte. Ao mesmo tempo, para a monarquia era sinal de prestígio, como expressou a festança organizada na partida do príncipe para a guerra.

Todavia, no seio do Partido Conservador abrasava o ressentimento. A saída do duque de Caxias do comando do exército no Paraguai tinha sido criticada por D. Pedro II e pela imprensa liberal que o recebeu com tímidas festas na Corte. A comparação entre os dois comandantes era inevitável. Além disso, ao extinguir a escravidão no Paraguai, o conde D’Eu atraiu sobre si a oposição da elite agrária brasileira que viram com maus olhos a decisão do príncipe.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Idem, ibidem.

<sup>25</sup> Idem, ibidem.

<sup>26</sup> Idem, ibidem.

<sup>27</sup> COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. p. 262.

Era natural que os argumentos apresentados pelo governo sofressem oposição na Corte, pois o Partido Liberal contava com o respaldo popular na contestação do descaso do governo para com os servidores da pátria. A *Reforma* imediatamente criticou a resolução do ministro Itaboraí de enviar os voluntários para as províncias, sem consentir o desembarque no Rio de Janeiro onde estes receberiam festas populares. A folha liberal comparava a atitude do ministro com o modo como eram realizadas as viagens pelo tráfico negreiro: “No porão dos navios como andavam os africanos, no tempo que S. Excia foi ministro, devem os valentes soldados da nação serem conduzidos como criminosos às províncias que desejam saudá-los como heróis!”<sup>28</sup>

Os Voluntários da Pátria ficariam esquecidos antes mesmo da passagem do tempo necessário para desvanecer a memória. A polêmica entre comemorar e esquecer abre-nos um parêntese para indagações sobre as razões para não se comemorar. Nas páginas dos jornais travou-se um duelo pela memória recente dos fatos.

O correspondente de Rosário, que no Paraguai mantinha relação muito próxima com o conselheiro Paranhos, Ministro Plenipotenciário do Brasil, declarou no *Jornal do Comércio*, de que não convinha receber com festas as tropas civis, constituídas como reforço ao Exército, porque tal demonstração de regozijo descontentaria a Tropa de Linha que ficava esquecida no Paraguai:

Mas esse ruído passageiro dos foguetes, esse aroma volátil das flores que se espargirem no desembarque dos voluntários no Rio de Janeiro não tem significação nenhuma douradora. Demais, com que direito festejam os soldados que voltam agora para a pátria com o ruído estrondoso dos festins públicos, quando ficam esquecidos os que aqui devem permanecer em um posto de honra porque são da tropa de linha?!<sup>29</sup>

## O TEMPO DAS FESTAS JÁ PASSOU...

A “Correspondência de Assunção”, reeditada no jornal *A Reforma*, de Porto Alegre, cuja autoria fora atribuída ao ministro Paranhos, afirmava que: “os corpos de batalhões do exército deveriam seguir diretamente do Paraguai para os seus destinos, não deveriam ir em uma esquadra e sim cada um por sua vez. Nada de festejos públicos,

---

<sup>28</sup> Idem, ibidem.

<sup>29</sup> BN/RJ .Transcrito no Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1870.

de festas populares pelo seu regresso à pátria.”<sup>30</sup> À vista dessa publicação e do silêncio do governo ante as acusações dirigidas na imprensa liberal, permaneceu o assentimento e a solidariedade por parte dos membros do governo com o colega conselheiro.

Entretanto, o povo manifestou a vontade de comemorar o regresso dos batalhões e não acreditava que o governo fosse capaz de uma atitude contrária, pois “acabando de escrever no campo inimigo páginas de eterna glória para a nossa pátria”, como seria possível não comemorá-los? Era natural que o sentimento público se regozijasse com as passagens das legiões, “por entre alas do povo, delirante de entusiasmo, diante das sagradas insígnias da pátria.”<sup>31</sup>

Mas, contraditoriamente, se *A Reforma* do Rio de Janeiro defendeu os festejos e a recepção oficial, alguns jornais liberais manifestaram-se desfavorável ao desembarque na Corte. Para o *Correio Paulistano*, não era o herói vitorioso, depois da batalha, que desembarcava na Corte. Tratava-se de homens exauridos pela fadiga, maltratados pela campanha, endurecidos pelo tempo que, dispensados do serviço e com soldos atrasados, assemelhavam-se aos soldados inválidos e doentes entregues à própria sorte:

[...] chegam mal dispostos pelos martírios da campanha e pela viagem do mar e mal desembarcarão e serão obrigados a fazer através das ruas do Rio de Janeiro um trajeto de perto de duas léguas de mochilas e armas ao ombro debaixo de sol abrasador, porque daquele lugar e da estação, ponto de tal arte de alcance indubitável de febre amarela que ali grassa assustadoramente e de preferência quem vem de estranhas terras.<sup>32</sup>

Para a folha paulistana os festejos seriam bonitos e conviriam para divertir a população fluminense. Assim, indagava sobre as condições físicas das tropas depois de uma viagem exaustiva e cheia de privações: “São constrangidos os míseros heróis da guerra a dar-se em espetáculo, sem curar-se das desastrosas conseqüências a que vão ser expostos.”<sup>33</sup> Escreveu o articulista que a imprudência das festas serviria apenas para abrir as valas dos cemitérios, provocada pela febre amarela e pelo *colera-morbus* e afirmou que os soldados de outras províncias ansiavam pelo regresso ao lar e o encontro com a família.

---

<sup>30</sup> MCSHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

<sup>31</sup> MCSHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

<sup>32</sup> BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 2 fev. 1870.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*.



A folha paulistana era de opinião que as tropas desembarcassem na cidade do Desterro, na província de Santa Catarina – por questões higiênicas, abastecimento dos navios e cuidados com os feridos na viagem de regresso – e dali seguissem para as respectivas províncias, incumbindo-as de realizarem os festejos e rapidamente restituí-los às suas famílias.

Desse modo, os soldados ficariam livres dos perigos que os aguardavam na Corte. Bastava-lhes que suas fadigas fossem recobradas, pois não haveria nem palmas ou louros, nada que recordasse o seu patriotismo. Uma vez dissolvidos os batalhões, restava o pagamento dos vencimentos e dos prêmios pelos serviços prestados ao país. “Cumpra o governo suas promessas para com os Voluntários da Pátria. Promessas sagradas contidas no decreto de 07 de janeiro de 1865. Cumpra-as! que esses mártires do pendão nacional ficarão satisfeitos.”<sup>34</sup>

O jornal paulistano também apresentou a desculpa que, na sua concepção, lhe pareceu a mais sensata: a guerra ainda não havia terminada. O convênio de 24 de novembro de 1869, a tomada de Assunção, o desmantelamento do exército paraguaio, a retirada de López para o interior do Paraguai, tudo isso, não significava o epílogo da guerra.

Já na opinião do jornal *A Reforma*, de Porto Alegre, os próprios voluntários desdenhariam das festas oficiais oferecidas pelo imperador e seu governo. Os soldados que retornam “cobertos de cicatrizes e crestados do sol ardente das batalhas” não querem recepções oficiais. E o povo não os acompanharia nas manifestações frias e encomendadas, que somente tédio e aborrecimento poderiam causar aos soldados, ansiosos para regressarem aos lares depois de anos de fadigas.<sup>35</sup>

O *Jornal do Comércio* ofereceu explicação dessemelhante:

O tempo das festas já passou. As glórias que vem tarde já vêm frias. Fique sim a cada província o direito de saudar os batalhões de voluntários como quiser, e entender mais belo e mais glorioso. Mas não se acumule sobre o tesouro despesas com transportes em flotilhas, com desembarque na corte do império, com embarque novos para cada província, ficando depois o governo do Brasil devendo a cada voluntário, a quantia de 300\$ e umas braças de terra que lhes prometeu.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> BN/RJ. *Jornal O Correio Paulistano*, São Paulo, 2 fev. 1870.

<sup>35</sup> BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 18 jan. 1870.

<sup>36</sup> BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1870.

“O tempo das festas já passou. As glórias que vêm tarde já vêm frias.” Pode-se inferir que o objeto das comemorações seriam as batalhas? A festa cívica prescinde de um lugar de memória e dedica-se, antes de tudo, à exaltação da nacionalidade, fazendo com que a comemoração de um episódio ou de um personagem visto como significativo na história da nação, seja o elemento principal.

O cenário político brasileiro, nos momentos finais da guerra, foi marcado pelas indefinições do governo, pelo desgaste do monarca, acusado de prolongar a guerra, e ainda, pela dívida a milhares de mães, órfãs, viúvas e mutilados, que batiam às portas do governo para suplicar indenizações, pensões e soldos atrasados.

Os momentos de glória para o exército brasileiro ficaram nas páginas viradas do tempo, restando às lembranças das batalhas de Riachuelo, Tuiuti, Curuzu, Humaitá, Lomas Valentinas.

Como comemoração de episódios da história da nação, as festas cívicas tornam-se os momentos privilegiados para a celebração de certa comunhão da comunidade nacional, simbolizada nos rituais que envolvem a participação real ou imaginada de vários segmentos da sociedade; nos discursos que exaltam a nação como o resultado de lutas ancestrais; na afirmação da crença na coesão, na conjunção de interesses e no espírito de coletividade.

<sup>37</sup>

A folha liberal de Porto Alegre lançou um diferente olhar sobre a questão. J. Júlio de Barros tratou da ausência da comemoração.

Cidadãos, em vez de unidos e identificados pelo patriotismo, foram incapazes de fazer ovações sinceras aos filhos de outra província. Soldados, em vez de êmulos da glória, foram apaixonados rivais a disputar o prêmio de seus serviços. Oh! Mutilados, sem o sentimento de nobre orgulho pelas suas feridas e cicatrizes, foram miseráveis a chorar perpetuamente a perna ou o braço cortado, e a jogar com ele à face dos que participaram dos mesmos perigos.<sup>38</sup>

A *Reforma* afiançava que o governo temia a chegada dos soldados na Corte. Para o jornal a aglomeração de soldados significava o atendimento das promessas feitas durante a mobilização dos corpos de voluntários, como se lê: “Cada um deles tem

---

<sup>37</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima. A comemoração do 21 de abril: o cenário do jogo político. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21-22, p.438, jan.- dez. 2005.

<sup>38</sup> BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 18 jan. 1870.

direito não só a uma gratificação pecuniária, como a uma posse de terra nas colônias militares ou agrícolas.”<sup>39</sup>

Assim, as reclamações dos combatentes incomodariam ao gabinete que teria de prestar contas das gratificações, pedidos de pensões, soldos atrasados, postos de honra, empregos públicos, reclamações que “absorvidas pelos cuidados de arranjar a parentela, ainda não cuidou dos meios de satisfazer aquelas dívidas sagradas.”<sup>40</sup> Concluía, o redator J. Júlio de Barros, afirmando que não convinha, pois, reuni-los na Corte, onde a opinião pública poderia apoiá-los contra a deslealdade do governo.

## AMEAÇAS DE DESORDENS E SEDIÇÕES

A polêmica sobre a passagem das tropas pela Corte, desencadeada na imprensa liberal, envolvia os bastidores da política, o silêncio do governo e a indiferença do imperador, reascendendo o debate nas páginas dos jornais que circulavam na Corte e províncias. O jornalista Saldanha Marinho<sup>41</sup> também participou da querela e, embora fosse liberal, escolheu o *Jornal do Comércio*, tão criticado pelo seu partido, para fazer suas considerações.

O jornalista lembrou ao leitor o convênio assinado entre o governo brasileiro, argentino e uruguaio que determinava a remoção das forças estacionadas no Paraguai e desnecessárias na perseguição a Solano López. De imediato, o Uruguai e a Argentina apressaram-se em dispensar seus soldados. “Por que (o convênio) não têm sido até hoje executado pelo Brasil?” Questionava Saldanha Marinho. E ironicamente enfatizava: “como amigo do governo, o sigilo sobre essa matéria de interesse para a nação prejudica a credibilidade do próprio gabinete conservador de 16 de julho.”<sup>42</sup>

No julgamento de Saldanha Marinho, mesmo depois de publicado o programa dos festejos, o gabinete conservador demonstrava receio com relação a afluência das tropas na Corte. O governo se amparava em um parecer da junta central de higiene que recomendava a não aglomeração popular em virtude da ameaça de epidemias. Todavia,

---

<sup>39</sup> MCXHJC. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 18 jan. 1870.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>41</sup> Saldanha Marinho era pernambucano e tornou-se bacharel em Direito, em 1836. Filiado ao Partido Liberal, foi eleito deputado por várias legislaturas pelo Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Amazonas. Foi também presidente das províncias de Minas Gerais (1865-1867) e São Paulo (1867-1868). Como jornalista, atuou no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Jornal do Comércio*.

<sup>42</sup> BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1870.

para ele, a justificativa do contágio lhe pareceu desculpa pueril, escondendo as razões que encobriam os temores do ministério: desordens e tensões sociais. É o que inferimos da opinião do jornalista quando diz:

Em verdade, não é crível que o ministério atual, representante do patriótico partido conservador, se deixe tomar de suspeitas pueris. Ele está bem convencido de que os nobres vingadores da mais nobre das causas não hão de querer salpicar de lama as suas coroas e palmas triunfais; e bem assim, que nada há mais fecundo, do que a recompensa conferida às boas ações. Por que duvidar disso?<sup>43</sup>

*O Jornal da Tarde*, do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros órgãos de imprensa a manifestar-se publicamente, em 1869, contrário aos festejos. No seu entendimento a aglomeração de soldados na Corte provocaria conflitos semelhantes aos que já haviam ocorrido com os soldados que regressaram no decorrer da guerra.

[...] que os voluntários partam imediatamente para as suas províncias ou para as terras que desejarem ocupar, e lhes forem cedidas. É esse no nosso entender o meio mais seguro de prevenir a renovação de conflitos de que por vezes têm sido testemunhas os habitantes desta cidade.<sup>44</sup>

No editorial, o *Jornal da Tarde* recomendava ao governo que pagasse, sem demora, os soldos atrasados às tropas e distribuisse as terras prometidas, para que não fosse acusado de ingratidão com os servidores da nação.

Para o jornal *A Reforma*, os soldados que foram festejados na hora da partida, deveriam ser igualmente recebidos com entrada triunfante na hora da chegada. “Não seria necessário que saísse dos cofres públicos a despesa injustificável dos foguetes e das flores, dos hinos e das palmas.”<sup>45</sup> O receio então se explicava: “na Corte é que os voluntários deveriam ajustar as suas contas; e o governo lhes prepara um calote.”<sup>46</sup>

Dias depois o jornal *A Reforma* retomou a discussão afirmando que o Ministro dos Negócios Estrangeiros havia autorizado o embarque das tropas para o Brasil sem que passarem pelo Rio de Janeiro. E perguntava: “Já o Sr. Faria Lemos meteu em cabeça ao Sr. Itaboraí, que a pátria correrá perigo e que o bravo chefe de polícia está

---

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>44</sup> BN/RJ. *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1869.

<sup>45</sup> BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1870.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*.

cansado de serenar revoluções?”<sup>47</sup> Contestando a posição do Ministério da Guerra, a folha liberal rebateu afirmando que a desconfiança do governo era ridícula e pueril.

A Guarda Nacional das províncias, desembarcando na corte, apenas receberá as ovações que a população destina aos valentes da nação, ovações que debalde se andaram encomendando, quando aqui soltou o ilustre duque de Caxias. O Sr. Paranhos, mentor do ministério foi o inventor dessa remessa de voluntários no porão, a modo de sardinhas em tigelas.<sup>48</sup>

A correspondência do Ministério da Guerra para as autoridades militares no Rio da Prata, transcrita no jornal *A Regeneração*, dizia que o governo imperial recomendava que as forças brasileiras regressassem em pequenas frações, seguindo diretamente para as províncias: “a modo que fiquem tão divididos e espalhadas que ninguém possa vê-las ou temê-las.”<sup>49</sup>

Os temores do governo sobre a possibilidade de desordens na Corte, provocadas pelos batalhões de Voluntários da Pátria gerou controvérsias na imprensa. O *Correio Nacional* interpretou a suspeita do governo como um voto de “desconfiança” aos combatentes que serviram à pátria. Os festejos promovidos nessas circunstâncias eram extorquidos:

Sim, desconfiança do governo, pois desgraçadamente é sabido que os voluntários e guardas nacionais devem regressar em pequenos contingentes a fazer uma revista em ordem de marcha, e recolher-se a quartéis a fim de serem dissolvidos os corpos e dispersos pelas províncias.<sup>50</sup>

O medo das desordens, manifestado pelo governo, foi assim descrito pelo jornal liberal: “Só faltava esta! Os bravos guardas nacionais e Voluntários da Pátria não devem vir incorporados para a Corte, porque, os soldados, embriagados pelas festas, se converteriam em ladrões e assassinos!”<sup>51</sup>

O correspondente, do *Jornal do Comércio*, em um de seus artigos onde criticava a ação do governo, afirmou que a demora das tropas no Paraguai causava estranheza no Rio da Prata, bem como o não cumprimento do protocolo, de 24 de novembro de 1869, por parte do Brasil. E, ante a opinião pública, confirmou que a ordem para o regresso

---

<sup>47</sup> BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1870.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>49</sup> BN/RJ. *Jornal A Regeneração*, Santa Catarina, 26 jan. 1870.

<sup>50</sup> BN/RJ. *Jornal Correio Nacional*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1870.

<sup>51</sup> BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1870.

dos voluntários já havia sido expedida pelo governo. Todavia, permaneceu censurando o desejo do conde D'Eu de vir à frente das tropas: “Não se transfere assim de chofre dos acampamentos para as grandes capitais, cheios de prazeres, uma soldadesca ávida de gozos sem que a moralidade e a ordem pública sofram perturbações.”<sup>52</sup>

O articulista do referido jornal, defendendo os interesses do governo, citou como exemplo, as desordens provocadas por guardas nacionais no regresso para a Argentina. Afirmou que jornais da cidade de Buenos Aires faziam referências a frequentes roubos e assassinatos cometidos pelos soldados e que, comerciantes inescrupulosos, sabedores de que os soldados haviam recebido soldos atrasados, “os atraem para o jogo, a embriaguez e o crime.”

É o reverso da medalha de face brilhante. Se os portenhos estão sentindo estes inconvenientes com pouco mais de 1.000 homens, o que não nos acontecerá com um corpo de exército de 6.000 homens, embora sejam mais disciplinados e de melhor índole? Quem não se excede no meio de festas?<sup>53</sup>

Finalmente, depois dos debates acalorados na imprensa, em torno da retirada das tropas do Paraguai, das discussões sobre a realização dos festejos oficiais e da passagem das tropas pela capital do Império, os jornais informaram que o governo imperial havia decidido sobre a questão. Deveria à população da cidade do Rio de Janeiro, no dia 3 de fevereiro de 1870, preparar-se para os festejos, pois partiriam da cidade de Rosário, os vapores Presidente, Galgo e São José, levando a seu bordo o 17º Batalhão de Minas Gerais, o 40º Batalhão da Bahia e o 53º Batalhão de Pernambuco, conduzidos pelo coronel Faria Rocha, com destino a Corte.<sup>54</sup>

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, M. D. Moreira. *O Rio de Janeiro. Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1877.

BARROSO, Gustavo. *O Brasil em face do Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *Festas cívicas na Corte Regencial*. *Vária Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006.

---

<sup>52</sup> BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1870.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>54</sup> BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1870.

- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- CAXIAS, General Luiz Alvez de Lima e Silva, (duque de). *Exército em operações sob o comando em chefe de todas as forças de S. Ex. o Sr. Marechal-de-exército Luiz Alvez de Lima e Silva*. Rio de Janeiro: Typografia de Francisco Alvez de Souza, 1877, 4 volumes.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da campanha do Paraguai: 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CERVO, Amaro Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as relações Exteriores (1826-1889)* Brasília: UNB, 1981.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro, Liv. De A G. Guimarães, 1871, 4 vols.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- DOARATIOTO, Francisco. *A maldita guerra: nova história do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, Paulo Queiroz. *Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca, do Exército, 1981.
- FRAGOSO, General Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.
- FRÉDÉRIC, Mauro. *O Brasil no tempo de D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- IZECKSOHN, Victor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997.
- MELO, Américo Braziliense de Almeida e. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.
- POLLAK, Michel. *Memória, silêncio, esquecimento*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal "O Jequitinhonha" e a Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003. 4ª ed. 2008.